



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SENTO-SÉ/BA

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026

**OBJETO: Prevenção de irregularidades no processo de eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sento-Sé para o biênio 2027-2028.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129, inciso II, da Constituição Federal, e considerando que:

**DOS FATOS:** Chegou ao conhecimento desta Promotoria a existência do Requerimento nº 01/2026, subscrito por diversos vereadores, solicitando a antecipação da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027-2028 para o dia 26 de fevereiro de 2026.

**DA VIOLAÇÃO NORMATIVA LOCAL:** A Lei Orgânica Municipal de Sento-Sé/BA estabelece que tal eleição deve ocorrer na última sessão legislativa do primeiro biênio, prazo este que se encerra apenas em dezembro de 2026. A antecipação para fevereiro configura descumprimento direto da norma orgânica.

**DO ENTENDIMENTO DO STF:** O Supremo Tribunal Federal, em jurisprudência consolidada (ex: ADI nº 7737 e precedentes como o da Assembleia Legislativa do RN), fixou o entendimento de que a eleição prematura de Mesas Diretoras viola o princípio da contemporaneidade.

**DO RISCO DEMOCRÁTICO:** A antecipação excessiva compromete a alternância de poder e o dever de fiscalização dos parlamentares sobre a gestão atual, gerando uma cristalização precoce do poder político.

**RECOMENDA** ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sento-Sé que:

**ABSTENHA-SE** de pautar ou realizar a eleição para a Mesa Diretora referente ao biênio 2027-2028 na data de 26 de fevereiro de 2026, ou em qualquer data que desrespeite o critério da contemporaneidade e o prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

**CUMpra RIGOROSAMENTE** o cronograma previsto na legislação local, garantindo que o pleito ocorra ao final da sessão legislativa de 2026.

**ANULE**, de ofício, quaisquer atos administrativos ou legislativos decorrentes do Requerimento nº 01/2026 que visem a antecipação ora questionada, sob pena de nulidade do ato e possível responsabilização.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Adverte-se que o não cumprimento desta Recomendação poderá ensejar a adoção de medidas judiciais cabíveis, inclusive o ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa e a interposição de medidas para a sustação imediata do ato ilegal.

Sento-Sé/BA, 19 de fevereiro de 2026.

Raimundo Moinhos  
PROMOTOR DE JUSTIÇA EM SUBSTITUIÇÃO